

IECLB. Igreja de Jesus Cristo.

Eis que estou com vocês todos os dias até o fim dos tempos.
(Mateus 28.20b)



Presidência

IECLB nº: 2024.01514

Porto Alegre, 3 de junho de 2024

Para
Ministros e Ministras com ordenação na IECLB
Presbíteros e Presbíteras
Líderes de Comunidades, Paróquias e Sínodos da IECLB

Eleições Municipais 2024

Prezado irmão! Prezada irmã!

Saudamos vocês com as palavras de Colossenses 3.23-24, onde lemos: ***"Tudo o que fizerem, façam de todo o coração, como para o Senhor e não para as pessoas, sabendo que receberão do Senhor a recompensa da herança. É a Cristo, o Senhor, que vocês estão servindo"***. O Apóstolo aponta para a disposição de servir e se colocar a serviço onde nos encontramos. Neste ano, com as eleições municipais, pessoas são chamadas a se colocarem a serviço, e toda a sociedade é desafiada a escolher representantes para as funções públicas em nossos municípios. Fazer isso em honra e temor diante de Deus é o foco do olhar da Igreja. Por isso nos manifestamos como segue.

Aproximamo-nos de mais uma eleição municipal. O desânimo em relação à política e, conseqüentemente, ao processo eleitoral, atinge boa parte dos eleitores e das eleitoras de nosso país. No entanto, a Igreja de Jesus Cristo não pode se deixar vencer pelo desânimo, tampouco renunciar ao seu papel profético de denunciar situações que atentem contra a dignidade humana.

A Igreja que se distancia da política restringe o Senhorio de Deus e prejudica o bem-estar de todas as suas criaturas. Uma boa e justa ordem social faz parte da vontade de Deus. Segundo Lutero, um *"bom governo"* faz parte do *"pão nosso"*, pelo qual Jesus nos ensinou a interceder. Por isso, cabe insistir na responsabilidade das instâncias políticas e de todas as pessoas cristãs.

A palavra "política" vem do termo grego *PÓLIS* (cidade). Política é a condução da vida em sociedade. O político é o cidadão e a cidadã que vive em sociedade e que participa ativamente na organização e na vida dessa sociedade. Nesse sentido, cada um de nós é um ser político. Para que a sociedade possa funcionar bem, os políticos (nós, os cidadãos e as cidadãs) escolhem pessoas (governantes) para conduzir os serviços de interesse comum e fiscalizam se esses serviços são bem realizados.

Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil

Rua Senhor dos Passos, 202 – 5º andar – Cep: 90020-180 – Porto Alegre/RS – Brasil

Fone: +55 51.3284.5400 | Caixa Postal: 2876 – 90001-970

presidencia@ieclb.org.br | www.luteranos.com.br | [@ieclboficial](#)

Somos Igreja de Jesus Cristo no Brasil e, portanto, corresponsáveis por aquilo que aqui acontece. Cremos que a verdadeira fé se expressa no amor e se traduz em ações em favor de tudo o que é necessário para a vida digna. Todas as pessoas cidadãs, independentemente de sua confissão religiosa, fazem e sofrem as consequências da política. Portanto, adotar postura de omissão, de afastamento e não envolvimento equivale a dar as costas para os processos democráticos, assim como legitimar quem busca cargos eletivos para benefício próprio. Cristãos e cristãs não deveriam adotar essa postura.

Com a participação das pessoas cristãs nas eleições, podemos ajudar a constituir um bom governo. Fiscalizar as ações das pessoas que elegemos e indicar projetos que correspondam ao Evangelho devem fazer parte do nosso dia a dia. Portanto, fé e ação política não se excluem.

Enquanto instituição, a Igreja não é partido, não faz política partidária, nem se permite ser usada como palanque partidário. Ela não tem um partido próprio, nem adota um partido como seu. Porém, é seu dever incentivar as pessoas cristãs a se engajarem e a participarem da política partidária, levando aos partidos e às ideologias que os sustentam as riquezas e os valores do Evangelho.

É bom que pessoas batizadas se disponham a servir a Deus nas três ordens: Igreja, Economia e Política. A articulação política, no entanto, se dá a partir de parâmetros ideológicos diferenciados, o que não poucas vezes resulta em propostas diferentes para uma mesma situação. A IECLB entende-se como inclusiva e acolhedora, o que não só permite, mas pressupõe que a diversidade se encontre para celebrar e viver a fé. Nisso reside a preocupação de não permitir que o púlpito seja visto como palanque, ou seja, espaço de dar voz a candidato A em detrimento de candidato B.

Quando uma liderança cristã se candidata para um cargo político, deve se afastar de suas funções eclesiais durante o período da campanha eleitoral, por três motivos: para ter mais tempo para se dedicar à candidatura; para não correr o risco de usar a função religiosa em benefício próprio; para não ser acusada pelos adversários políticos de estar se beneficiando dessa situação.

Por esse motivo, repassamos a seguinte orientação:

- "A Ministra ou o Ministro que se candidatar a um cargo político eletivo deverá requerer seu afastamento ao Conselho da Igreja, a partir do registro da candidatura perante a justiça eleitoral e, se eleito, o afastamento terá a duração do mandato" (Estatuto do Ministério com Ordenação - EMO, art. 61).

- Solicitamos que se aplique a Presbíteros e Presbíteras a mesma regra: que se afastem temporariamente da função, ao menos pelo período do registro da candidatura perante a justiça eleitoral até o momento da eleição. Faz-se necessário que a pessoa que é candidata envie carta pedindo o afastamento temporário e que esse seja registrado em ata da Diretoria ou do Presbitério.

Desejamos que lideranças de Comunidades da IECLB, que forem se candidatar nas próximas eleições, deem fiel testemunho de conduta ética, fundamentada no Evangelho. Que, com os dons recebidos de Deus, possam contribuir para o fazer boa política,

concretizando o que Colossenses ensina: "***Tudo o que fizerem, façam de todo o coração, como para o Senhor.... É a Cristo, o Senhor, que vocês estão servindo***".

Nestes termos, subscrevemos:

- P. Afonso Adolfo Weimer (Sínodo Rio Paraná)
- P. Me. Alan Sharle Schulz (Sínodo Vale do Itajaí)
- P. Alfredo Jorge Hagsma (Sínodo Paranapanema)
- Pa. Betina Schlittler Cavallin (Sínodo Planalto Rio-Grandense)
- P. Carlos Eduardo Müller Bock (Sínodo Rio dos Sinos)
- P. Dr. Claudir Burmann (Sínodo Norte Catarinense)
- P. Décio Weber (Sínodo Centro-Campanha Sul)
- P. Me. Eduardo Paulo Stauder (Sínodo Nordeste Gaúcho)
- P. Elisandro Rheinheimer (Sínodo Mato Grosso)
- P. Fábio Bernardo Rucks (Sínodo Noroeste Riograndense)
- P. Fábio Steinert (Sínodo Sul-Rio-Grandense)
- P. Ismar Schiefelbein (Sínodo Espírito Santo a Belém)
- P. Joel Schlemper (Sínodo Centro-Sul Catarinense)
- P. Luis Henrique Sievers (Sínodo Vale do Taquari)
- P. Me. Marcos Jair Ebeling (Sínodo Sudeste)
- Pa. Mônica Barden Dahlke (Sínodo Uruguai)
- Pa. Patrícia Bauer (Sínodo Brasil Central)
- Pa. Vera Lúcia Engelhardt (Sínodo da Amazônia)
- P. Dr. Mauro Batista de Souza (Segundo Vice-Presidente)
- P. Odair Airton Braun (Primeiro Vice-Presidente)
- Pa. Sílvia Beatrice Genz (Pastora Presidente)